

DESAFIOS DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL

CHALLENGES OF INITIAL TEACHER TRAINING FOR CULTURAL AND SOCIAL DIVERSITY

Carlos Antonio da Silva Santos¹

Resumo: A formação inicial de professores constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma educação democrática, inclusiva e socialmente comprometida. Diante da crescente diversidade cultural, étnica, social e religiosa presente nas escolas brasileiras, torna-se imprescindível que os cursos de licenciatura preparem os futuros docentes para lidar com as diferenças de maneira crítica e reflexiva. Este artigo de revisão bibliográfica analisa os principais desafios da formação inicial docente voltada à diversidade cultural e social, discutindo aspectos relacionados às políticas educacionais, currículo, práticas pedagógicas e interculturalidade. A pesquisa fundamenta-se em artigos científicos, livros e documentos oficiais que abordam a formação docente no contexto da diversidade. Os resultados apontam que ainda existem lacunas significativas nos currículos das licenciaturas, especialmente no que se refere à educação das relações étnico-raciais, à inclusão social e às práticas pedagógicas interculturais. Conclui-se que a formação docente necessita superar modelos tradicionais e tecnicistas, promovendo uma perspectiva crítica e humanizadora da educação.

Palavras-chave: formação docente; diversidade cultural; interculturalidade; educação inclusiva; formação inicial.

¹ Curso de pedagogia, Curso de especialização em gestão Educacional, Licenciatura Plena em Artes

Abstract: Initial teacher training is one of the fundamental pillars for building a democratic, inclusive, and socially committed education. Given the growing cultural, ethnic, social, and religious diversity present in Brazilian schools, it is essential that undergraduate teacher education programs prepare future teachers to deal with differences in a critical and reflective manner. This literature review article analyzes the main challenges of initial teacher training focused on cultural and social diversity, discussing aspects related to educational policies, curriculum, pedagogical practices, and interculturality. The research is based on scientific articles, books, and official documents that address teacher training in the context of diversity. The results indicate that there are still significant gaps in undergraduate teacher education curricula, especially regarding education on ethnic-racial relations, social inclusion, and intercultural pedagogical practices. It is concluded that teacher training needs to overcome traditional and technocratic models, promoting a critical and humanizing perspective on education.

Keywords: teacher training; cultural diversity; interculturality; inclusive education; initial training.

Introdução

A sociedade contemporânea é marcada por profundas transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas, que influenciam diretamente os processos educativos e exigem da escola novas formas de atuação pedagógica. Nesse contexto, a diversidade cultural e social presente nos espaços escolares torna-se um dos principais desafios da educação brasileira, demandando professores capazes de compreender, respeitar e valorizar as múltiplas identidades existentes no ambiente educacional. Questões relacionadas à etnia, gênero, religião, classe social, deficiência e inclusão passaram a ocupar papel central nas discussões educacionais, tornando-se elementos indispensáveis na formação inicial docente (CANDAU, 2008).

A escola brasileira reflete a pluralidade social do país e, conseqüentemente, convive

diariamente com situações relacionadas às desigualdades sociais, ao preconceito, à discriminação e aos processos de exclusão. Diante dessa realidade, os cursos de licenciatura precisam promover uma formação que ultrapasse os aspectos meramente técnicos e conteudistas, contemplando dimensões humanas, éticas, sociais e culturais da prática pedagógica. Segundo Gomes (2000), a diversidade deve ser compreendida como elemento constitutivo do processo educativo, integrando de maneira permanente a formação e a atuação docente.

Nesse sentido, Freire (1996) afirma que a educação deve estar fundamentada no respeito aos saberes dos educandos e na construção de uma prática pedagógica crítica e emancipadora. Para o autor, o professor precisa desenvolver uma postura reflexiva diante das diferenças presentes no contexto escolar, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes e socialmente participativos.

Entretanto, diversos estudos evidenciam que ainda existem fragilidades significativas na preparação dos futuros professores para atuar em contextos multiculturais e socialmente diversos. Muitas licenciaturas apresentam currículos fragmentados, com abordagens superficiais sobre diversidade cultural, relações étnico-raciais e inclusão social, dificultando a construção de práticas pedagógicas críticas e inclusivas (MORAES; DINIZ-PEREIRA, 2014).

Além disso, observa-se que, frequentemente, a formação inicial mantém características tradicionais e tecnicistas, distanciando-se das demandas reais presentes no cotidiano escolar. De acordo com Narvaes, Irgang e Oliveira (2022), a ausência de discussões aprofundadas sobre diversidade nos currículos de formação docente limita a atuação dos futuros professores diante das desigualdades e diferenças existentes nas escolas.

A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representou avanços importantes para a valorização da diversidade étnico-racial na educação brasileira, ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Contudo, pesquisas apontam que muitos cursos de formação inicial ainda apresentam dificuldades na efetivação dessas diretrizes, principalmente pela insuficiência de disciplinas e práticas voltadas à educação intercultural e antirracista (AZEVEDO et al., 2023).

Dessa forma, torna-se necessário refletir sobre os desafios enfrentados pelas instituições formadoras na preparação de professores comprometidos com uma educação democrática, intercultural e socialmente inclusiva. A formação docente precisa possibilitar aos futuros educadores o desenvolvimento de competências que favoreçam o diálogo entre diferentes culturas, o combate às desigualdades e a valorização das identidades historicamente marginalizadas (CANDAU, 2008).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar os principais desafios da formação inicial de professores para a diversidade cultural e social, por meio de uma revisão bibliográfica fundamentada em artigos científicos, livros e documentos oficiais que discutem a temática no contexto educacional brasileiro.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa, com o objetivo de analisar os principais desafios da formação inicial de professores voltada à diversidade cultural e social no contexto educacional brasileiro.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais, possibilitando ao pesquisador ampliar o conhecimento sobre determinado tema e compreender diferentes perspectivas teóricas relacionadas ao objeto de estudo.

Para a construção deste artigo, foram utilizados livros, artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos, legislações educacionais e documentos oficiais relacionados à formação docente, diversidade cultural, interculturalidade, inclusão social e relações étnico-raciais. As buscas foram realizadas em bases de dados científicas, como Google Acadêmico, SciELO e CAPES Periódicos, utilizando descritores como “formação inicial de professores”, “diversidade cultural”, “interculturalidade”, “inclusão social”, “relações étnico-raciais” e “educação decolonial”.

Os critérios de inclusão adotados contemplaram produções científicas publicadas em língua

portuguesa, artigos revisados por pares, livros de referência na área educacional e documentos oficiais publicados entre os anos de 1996 e 2024, período considerado relevante devido às transformações nas políticas públicas voltadas à diversidade e à formação docente no Brasil. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam relação direta com o tema investigado ou que abordavam a formação docente sem discutir aspectos relacionados à diversidade cultural e social.

A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar contribuições teóricas, desafios e perspectivas acerca da formação inicial de professores para a diversidade cultural e social. Conforme afirma André (2013), a abordagem qualitativa permite compreender fenômenos educacionais em sua complexidade, valorizando os significados, contextos e interpretações presentes nas produções analisadas.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou reunir diferentes contribuições teóricas sobre a temática, favorecendo uma reflexão crítica acerca das fragilidades, avanços e desafios presentes na formação inicial docente diante das demandas de uma educação inclusiva, intercultural e socialmente comprometida.

Formação Inicial de Professores no Contexto da Diversidade

A formação inicial docente corresponde ao processo de construção dos conhecimentos pedagógicos, científicos, éticos e sociais necessários ao exercício da profissão docente. No Brasil, esse processo ocorre predominantemente nos cursos de licenciatura oferecidos pelas instituições de ensino superior, os quais possuem papel fundamental na preparação de professores capazes de atuar de forma crítica, reflexiva e inclusiva nos diferentes contextos educacionais (PIMENTA; LIMA, 2012).

Historicamente, a formação de professores foi marcada por perspectivas tecnicistas, centradas na transmissão de conteúdos e na reprodução de modelos pedagógicos tradicionais. Esse modelo de formação priorizava aspectos metodológicos e disciplinares, reduzindo a prática docente à aplicação de técnicas de ensino (SAVIANI, 2009). Entretanto, as transformações sociais, culturais e políticas

ocorridas nas últimas décadas ampliaram as exigências em relação ao papel do professor, tornando necessária uma formação voltada para a reflexão crítica, para a valorização das diferenças e para a construção de práticas pedagógicas democráticas (CANDAUI, 2008).

Nesse contexto, Freire (1996) afirma que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, consciência crítica e compromisso com a transformação social. Para o autor, a prática pedagógica deve considerar a realidade sociocultural dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos históricos e participantes do processo educativo. Dessa forma, a formação inicial de professores precisa possibilitar a compreensão das desigualdades sociais, das relações de poder e das múltiplas identidades presentes no espaço escolar.

Autores como Moreira e Candau (2003) defendem a necessidade de uma educação intercultural capaz de promover o diálogo entre diferentes culturas, combater práticas discriminatórias e favorecer o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da sociedade. Segundo os autores, a interculturalidade deve integrar os currículos de formação docente, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e socialmente comprometidas.

A diversidade cultural envolve aspectos relacionados às identidades étnicas, religiosas, linguísticas, de gênero e às diferentes manifestações culturais existentes na sociedade (GOMES, 2000). Já a diversidade social refere-se às desigualdades econômicas, às condições de acesso à educação, à exclusão social e às diferenças nas oportunidades de desenvolvimento humano (LIBÂNEO, 2013). Nesse cenário, o professor precisa desenvolver competências que possibilitem atuar em contextos heterogêneos, respeitando as singularidades dos estudantes e promovendo práticas educativas inclusivas.

Além disso, a formação inicial deve favorecer a construção de uma postura ética e reflexiva diante das questões sociais presentes no cotidiano escolar. Para Nóvoa (1992), formar professores implica muito mais do que transmitir conhecimentos teóricos, significa construir identidades profissionais comprometidas com a transformação da realidade educacional e social. Assim, a formação docente precisa articular teoria e prática, possibilitando experiências formativas que preparem os futuros

professores para lidar com os desafios da diversidade cultural e social nas escolas contemporâneas.

A Fragilidade Curricular das Licenciaturas

Um dos principais desafios identificados na literatura acerca da formação inicial de professores refere-se à insuficiência das discussões sobre diversidade cultural e social nos currículos das licenciaturas. Em muitos cursos de formação docente, temas relacionados à interculturalidade, relações étnico-raciais, inclusão social, gênero e diversidade aparecem de maneira superficial, fragmentada ou restrita a disciplinas específicas, dificultando a construção de uma formação crítica e integrada (CANDAU, 2008).

Diversas pesquisas apontam que ainda existe uma distância significativa entre as políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade e a prática formativa desenvolvida nas universidades. Embora documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfatizem a importância da educação inclusiva e intercultural, muitas instituições de ensino superior ainda apresentam dificuldades na implementação efetiva dessas propostas pedagógicas (BRASIL, 2019).

Além disso, observa-se que muitas disciplinas abordam a diversidade apenas sob uma perspectiva predominantemente teórica, sem promover experiências práticas capazes de preparar os futuros docentes para os desafios presentes no cotidiano escolar. Segundo Moraes e Diniz-Pereira (2014), a ausência de discussões aprofundadas sobre multiculturalismo, desigualdades sociais e consciência política limita a formação crítica dos professores e reduz suas possibilidades de atuação transformadora no ambiente educacional.

Nesse contexto, Narvaes, Irgang e Oliveira (2022) afirmam que os currículos das licenciaturas ainda permanecem marcados por modelos tradicionais e tecnicistas de formação, nos quais as questões relacionadas à diversidade ocupam posição secundária. Para os autores, essa fragilidade curricular compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e dificulta a construção de uma

educação comprometida com a equidade social e o respeito às diferenças.

De acordo com Candau (2016), a formação inicial de professores precisa superar perspectivas homogeneizadoras da educação e incorporar abordagens interculturais que valorizem os diferentes saberes, identidades e experiências socioculturais presentes na escola. Isso implica repensar os currículos das licenciaturas de modo a integrar teoria, prática e reflexão crítica sobre as desigualdades e os processos de exclusão existentes na sociedade.

Além disso, Gomes (2000) destaca que a diversidade não deve ser tratada como tema complementar ou secundário na formação docente, mas como elemento estruturante das práticas pedagógicas e das políticas educacionais. Dessa forma, torna-se fundamental ampliar os espaços de debate sobre inclusão, multiculturalismo e justiça social nos cursos de licenciatura, contribuindo para a formação de professores preparados para atuar em contextos educacionais diversos e socialmente complexos.

Formação para as Relações Étnico-Raciais

A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representou um importante avanço nas políticas educacionais brasileiras ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos da educação básica. Essas legislações surgiram como resultado das lutas dos movimentos sociais negros e indígenas em defesa de uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com o reconhecimento da diversidade étnico-cultural do país (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

Segundo Nilma Lino Gomes (2012), a criação dessas leis contribuiu para ampliar os debates sobre racismo, identidade e desigualdade racial no espaço escolar, promovendo o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira e a valorização das histórias e culturas historicamente marginalizadas. Entretanto, a autora destaca que a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente no âmbito da formação inicial de professores.

Diversos estudos demonstram que muitos cursos de licenciatura ainda apresentam dificuldades na implementação de conteúdos voltados à educação das relações étnico-raciais. Em muitos casos, as discussões sobre racismo, cultura afro-brasileira e história indígena aparecem de maneira limitada ou restrita a disciplinas específicas, não sendo incorporadas de forma transversal aos currículos formativos (AZEVEDO et al., 2023).

Além disso, a insuficiência de formação teórica e prática sobre as relações étnico-raciais compromete a atuação docente e dificulta a construção de práticas pedagógicas antirracistas. De acordo com Angelo, Gouvêa e Duarte (2024), muitos professores relatam insegurança e falta de preparo para abordar questões raciais em sala de aula, o que contribui para a permanência de práticas discriminatórias e para o silenciamento das identidades negras e indígenas no ambiente escolar.

Nesse contexto, Kabengele Munanga (2005) afirma que o racismo no Brasil manifesta-se de maneira estrutural e histórica, influenciando as relações sociais e educacionais. Para o autor, a escola possui papel fundamental no combate às desigualdades raciais, sendo necessário promover uma educação comprometida com a valorização da diversidade étnico-cultural e com a desconstrução de preconceitos.

Da mesma forma, Paulo Freire (1996) defende que a educação deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade social. Assim, a formação inicial docente precisa promover reflexões sobre preconceito, discriminação racial e exclusão social, possibilitando aos futuros professores desenvolver práticas pedagógicas fundamentadas no respeito às diferenças e na promoção da equidade.

Segundo Souza e Fetzner (2016), experiências formativas vinculadas a programas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) têm demonstrado contribuições significativas para a construção de práticas interculturais e antirracistas na formação inicial de professores. Tais iniciativas favorecem o diálogo entre universidade e escola, ampliando as possibilidades de reflexão sobre as relações étnico-raciais no contexto educacional.

Dessa forma, torna-se fundamental que os cursos de licenciatura incorporem de maneira

efetiva discussões sobre racismo estrutural, identidade, diversidade cultural e educação antirracista, contribuindo para a formação de professores preparados para atuar em uma sociedade plural e socialmente desigual.

Desigualdades Sociais e Inclusão

Outro desafio relevante na formação inicial de professores refere-se às desigualdades sociais presentes no sistema educacional brasileiro. A escola, enquanto espaço social, reflete as contradições e desigualdades existentes na sociedade, convivendo diariamente com situações relacionadas à pobreza, exclusão social, vulnerabilidade econômica e dificuldade de acesso a recursos básicos, fatores que impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem (LIBÂNEO, 2013).

Segundo Dermeval Saviani (2009), a educação brasileira historicamente esteve marcada pelas desigualdades sociais, reproduzindo, em muitos casos, as estruturas de exclusão presentes na sociedade. Para o autor, compreender a relação entre educação e contexto social é fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social e com a democratização do ensino.

Nesse contexto, os futuros professores precisam desenvolver uma compreensão crítica acerca das condições sociais que influenciam o desenvolvimento dos estudantes e suas trajetórias escolares. Entretanto, muitos cursos de licenciatura ainda apresentam limitações na abordagem das desigualdades sociais, priorizando conteúdos técnicos em detrimento das discussões sobre pobreza, exclusão e justiça social (CANDAU, 2008).

De acordo com Paulo Freire (1996), a prática educativa deve estar vinculada à realidade concreta dos sujeitos, reconhecendo os estudantes como participantes ativos do processo educativo. Para o autor, ensinar exige sensibilidade social, diálogo e compromisso ético com os grupos historicamente marginalizados. Dessa forma, a formação inicial docente precisa possibilitar reflexões sobre as múltiplas formas de exclusão presentes no contexto escolar e suas consequências para a

aprendizagem.

Além disso, Miguel Arroyo (2011) destaca que as desigualdades sociais produzem impactos significativos nas experiências escolares dos estudantes, especialmente daqueles pertencentes às classes populares. Segundo o autor, muitos alunos enfrentam situações de vulnerabilidade que dificultam o acesso ao conhecimento, exigindo dos professores práticas pedagógicas mais humanas, inclusivas e contextualizadas.

Pesquisas desenvolvidas por Narvaes, Irgang e Oliveira (2022) demonstram que a formação inicial ainda apresenta fragilidades na preparação dos futuros docentes para atuar em contextos marcados pela diversidade social. Muitas vezes, os professores ingressam na carreira sem compreender adequadamente as relações entre desigualdade social, exclusão educacional e desempenho escolar.

Nesse sentido, a formação docente deve considerar as condições concretas da realidade escolar, promovendo práticas pedagógicas inclusivas, democráticas e socialmente comprometidas. Conforme afirma Antônio Flávio Moreira (2001), uma educação comprometida com a inclusão social exige professores capazes de reconhecer as diferenças socioculturais dos estudantes e desenvolver estratégias pedagógicas voltadas à equidade e à valorização da diversidade.

Dessa forma, torna-se fundamental que os cursos de licenciatura ampliem as discussões sobre desigualdade social, exclusão e inclusão educacional, contribuindo para a formação de professores preparados para atuar de maneira crítica e transformadora diante dos desafios sociais presentes na escola contemporânea.

Interculturalidade e Decolonialidade

A perspectiva intercultural tem ganhado destaque nos debates educacionais contemporâneos por defender o diálogo entre diferentes culturas, reconhecendo a pluralidade de saberes, identidades e experiências existentes na sociedade. No contexto educacional, a interculturalidade propõe a construção de práticas pedagógicas fundamentadas no respeito às diferenças culturais e na valorização

da diversidade presente nos espaços escolares (CANDAU, 2008).

Segundo Candau (2008), a educação intercultural busca superar modelos homogeneizadores de ensino, promovendo relações pedagógicas mais democráticas e inclusivas. Para a autora, a escola deve ser compreendida como espaço de encontro entre diferentes culturas, no qual o diálogo, o respeito e a valorização das diferenças tornam-se elementos fundamentais do processo educativo.

Nesse contexto, a abordagem decolonial surge como importante contribuição teórica para a reflexão sobre a formação docente e as práticas educacionais. A perspectiva decolonial questiona a hegemonia dos modelos eurocêntricos na produção do conhecimento e denuncia os processos históricos de exclusão e silenciamento de saberes indígenas, africanos e populares (QUIJANO, 2005).

De acordo com Quijano (2005), a colonialidade do poder permanece presente nas estruturas sociais e educacionais, influenciando a forma como determinados conhecimentos são legitimados enquanto outros são marginalizados. Dessa maneira, a educação muitas vezes reproduz práticas excludentes ao privilegiar visões de mundo eurocêntricas em detrimento da diversidade cultural existente na sociedade.

Autores contemporâneos defendem que a formação inicial de professores precisa romper com práticas pedagógicas excludentes e valorizar conhecimentos historicamente marginalizados. Para Walsh (2009), a interculturalidade crítica constitui uma estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais, culturais e raciais, possibilitando a construção de práticas educativas voltadas para a justiça social e para a emancipação dos sujeitos.

Além disso, Freire (1996) destaca que a educação deve favorecer o diálogo entre os diferentes sujeitos e contribuir para a formação crítica dos estudantes. Nessa perspectiva, a prática pedagógica precisa reconhecer os saberes construídos historicamente pelos grupos sociais e promover processos educativos fundamentados na participação, na reflexão e na transformação social.

Segundo Gomes (2012), a valorização da diversidade étnico-cultural na formação docente representa uma importante estratégia de combate ao preconceito e às desigualdades historicamente presentes na educação brasileira. Para a autora, os cursos de licenciatura precisam incorporar

discussões sobre identidade, racismo, cultura e interculturalidade de maneira transversal e crítica.

Nesse sentido, a interculturalidade crítica surge como possibilidade de construção de uma educação democrática, emancipadora e socialmente comprometida. A formação inicial docente deve possibilitar aos futuros professores o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de promover o diálogo entre culturas, combater discriminações e reconhecer os diferentes saberes presentes no ambiente escolar, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e humanizadora.

Políticas Educacionais e Formação Docente

As políticas públicas educacionais desempenham papel fundamental na organização da formação docente no Brasil, influenciando os currículos das licenciaturas, as práticas pedagógicas e as diretrizes voltadas à atuação profissional dos professores. Documentos oficiais como a Ministério da Educação Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica enfatizam a importância da valorização da diversidade cultural, da inclusão social e da construção de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos (BRASIL, 2017; BRASIL, 2019).

A BNCC estabelece que a educação escolar deve promover o respeito às diferenças, à pluralidade cultural e à formação integral dos estudantes, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e democráticas (BRASIL, 2017). Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares para a Formação Docente defendem uma formação fundamentada na ética, na diversidade e na articulação entre teoria e prática (BRASIL, 2019).

Entretanto, pesquisadores apontam que ainda existem contradições significativas entre os discursos presentes nas políticas educacionais e a realidade vivenciada pelas instituições formadoras. Segundo Candau (2008), embora os documentos oficiais reconheçam a importância da diversidade, muitas vezes as práticas curriculares permanecem marcadas por perspectivas tradicionais e homogêneas de ensino, dificultando a efetivação de propostas interculturais e inclusivas.

Além disso, diversas políticas educacionais contemporâneas têm enfatizado o desenvolvimento de competências técnicas, resultados quantitativos e avaliações padronizadas, reduzindo os espaços destinados às discussões críticas sobre desigualdade social, diversidade cultural e justiça social (LIBÂNEO, 2013). Para Libâneo (2013), essa lógica tecnicista contribui para uma formação docente voltada prioritariamente ao desempenho e à produtividade, enfraquecendo o caráter crítico e humanizador da educação.

Nesse contexto, Saviani (2009) afirma que as políticas educacionais precisam superar modelos de formação centrados apenas na racionalidade técnica, promovendo uma educação comprometida com a emancipação humana e com a democratização do conhecimento. Segundo o autor, a formação docente deve possibilitar aos futuros professores compreender as relações entre educação, sociedade e desigualdade social.

Outro aspecto relevante refere-se à precarização do trabalho docente e aos desafios enfrentados pelas universidades públicas brasileiras, fatores que impactam diretamente a qualidade da formação inicial. Problemas relacionados à falta de investimentos, sobrecarga de trabalho, infraestrutura insuficiente e desvalorização profissional interferem tanto nas condições de ensino quanto na produção acadêmica das instituições formadoras (GATTI, 2016).

De acordo com Gatti (2016), a valorização da carreira docente constitui elemento essencial para a melhoria da formação inicial e da qualidade da educação. A autora destaca que políticas educacionais voltadas exclusivamente para resultados e avaliações externas tendem a desconsiderar as complexidades do trabalho pedagógico e as desigualdades presentes na realidade escolar.

Além disso, Freire (1996) ressalta que a educação precisa estar fundamentada no diálogo, na criticidade e no compromisso social, princípios que devem orientar tanto as políticas educacionais quanto os processos de formação docente. Assim, a construção de políticas públicas comprometidas com a inclusão, a diversidade e a justiça social torna-se fundamental para fortalecer uma formação inicial crítica, democrática e socialmente comprometida.

A Importância da Formação Crítica e Reflexiva

A formação inicial de professores deve possibilitar o desenvolvimento de uma prática pedagógica crítica, reflexiva, ética e socialmente comprometida. Nesse sentido, o processo formativo precisa ultrapassar a perspectiva tradicional centrada apenas na transmissão de conteúdos, promovendo a construção de conhecimentos que permitam aos futuros docentes compreender a complexidade das relações sociais, culturais e educacionais presentes no cotidiano escolar (PIMENTA; LIMA, 2012).

De acordo com Freire (1996), a educação deve ser entendida como prática de liberdade e transformação social. Para o autor, ensinar não consiste apenas em transferir conhecimentos, mas em criar possibilidades para a construção crítica do saber, favorecendo a autonomia dos sujeitos e o desenvolvimento da consciência crítica. Dessa forma, os professores devem atuar como mediadores do conhecimento e agentes de inclusão, contribuindo para a formação de cidadãos participativos e conscientes de sua realidade social.

Segundo Nóvoa (1992), a formação docente precisa favorecer a construção de profissionais reflexivos, capazes de analisar criticamente sua prática pedagógica e compreender os desafios presentes no contexto educacional. Para o autor, a reflexão sobre a prática constitui elemento essencial para o desenvolvimento profissional dos professores, possibilitando a articulação entre teoria e prática no processo formativo.

Além disso, uma formação crítica permite que os docentes compreendam os processos de exclusão, desigualdade e discriminação presentes na sociedade e desenvolvam estratégias pedagógicas voltadas ao respeito às diferenças e à valorização da diversidade cultural (CANDAU, 2008). Nesse contexto, Vera Maria Candau afirma que a formação intercultural representa importante instrumento para a construção de práticas educativas democráticas, inclusivas e socialmente comprometidas.

Para Saviani (2009), a formação de professores deve estar vinculada à compreensão crítica da realidade social, possibilitando aos futuros docentes desenvolver uma prática pedagógica

comprometida com a democratização do conhecimento e com a transformação das desigualdades educacionais. Assim, o professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a atuar como sujeito ativo na construção de uma educação emancipadora.

Experiências formativas vinculadas ao estágio supervisionado, à pesquisa acadêmica e a programas institucionais, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), têm demonstrado contribuições significativas para a construção de práticas pedagógicas críticas e interculturais (SOUZA; FETZNER, 2016). Esses espaços formativos favorecem a aproximação entre universidade e escola, possibilitando aos licenciandos refletir sobre os desafios da prática docente e sobre as múltiplas realidades sociais presentes no ambiente educacional.

De acordo com Pimenta e Lima (2012), o estágio supervisionado constitui momento fundamental da formação inicial, pois permite aos futuros professores vivenciar a realidade escolar, desenvolver práticas reflexivas e construir saberes pedagógicos articulados às demandas concretas da educação. Dessa maneira, a formação crítica e reflexiva torna-se essencial para preparar docentes capazes de atuar de forma ética, inclusiva e comprometida com a construção de uma educação democrática e socialmente transformadora.

Considerações Finais

A formação inicial de professores para a diversidade cultural e social constitui um desafio urgente para a educação brasileira. Embora existam avanços nas políticas educacionais e nas discussões acadêmicas, ainda persistem fragilidades nos currículos das licenciaturas e na preparação dos futuros docentes para atuar em contextos multiculturais.

Os estudos analisados demonstram a necessidade de fortalecer abordagens críticas, interculturais e decoloniais na formação docente, promovendo o reconhecimento das diferenças e o combate às desigualdades sociais.

Além disso, torna-se fundamental ampliar espaços de diálogo entre universidade e escola,

favorecendo experiências práticas capazes de aproximar os futuros professores da realidade educacional brasileira.

Conclui-se que a construção de uma educação democrática e inclusiva depende diretamente de uma formação docente comprometida com a valorização da diversidade e com a transformação social.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

AZEVEDO, Samara Moço et al. A educação das relações étnico-raciais na formação inicial de professores: uma análise de teses e dissertações publicadas na CAPES (2003-2020). Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 210-228, 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2019.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores: condições e problemas atuais. Revista Internacional de Formação de Professores, Itapetininga, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural e formação de professores: um diálogo necessário. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-28, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORAES, Emília Murta; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Formação docente e diversidade cultural: complexidade, polissemia e consciência política. Roteiro, Joaçaba, v. 39, n. 1, p. 105-130, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, diferença cultural e diálogo. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 79, p. 15-38, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

NARVAES, Andréa Becker; IRGANG, Silvania Regina Pellenz; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. Diversidade: um saber necessário à formação inicial docente? Revista Internacional de Formação de Professores, Itapetininga, v. 7, p. 1-20, 2022.

NÓVOA, Antônio. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo:

Cortez, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SOUZA, Maria Elena Viana; FETZNER, Andrea Rosana. Educação étnico-racial e interculturalidade crítica na escola: formação inicial de professores por meio do PIBID. Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 112-128, 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.